

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Sul S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 5.11.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$3.225.922 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$691.856 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas *in loco*; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos nas adições no ativo imobilizado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.11.1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'LHR'.

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC-1PR-057007/O-7

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul – Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos não ocorreram outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, EY Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, além dos respectivos honorários de auditoria para o exame das demonstrações financeiras das Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T21	4T20	Var. %	12M21	12M20	Var. %
Receita Líquida	340,4	323,5	5,2%	1.605,0	1.406,1	14,1%
Custos dos serviços prestados	(352,2)	(327,8)	7,4%	(1.434,2)	(1.238,4)	15,8%
Lucro Bruto	(11,8)	(4,3)	174,4%	170,8	167,7	1,8%
Margem Bruta (%)	-3%	-1%	-2,1 p.p.	11%	12%	-1,3 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(28,7)	(28,7)	0,0%	(100,3)	(84,9)	18,1%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4,3)	26,5	-116,2%	(14,8)	(1,2)	n.a.
Depreciação e Amortização	132,2	126,6	4,4%	519,4	476,6	9,0%
EBITDA	87,4	120,1	-27,2%	575,1	558,2	3,0%
Margem EBITDA (%)	25,7%	37,1%	-11,4 p.p.	35,8%	39,7%	-3,9 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(47,9)	(43,9)	9,1%	(171,3)	(225,9)	-24,2%
Imposto de renda e contribuição social	13,3	-	n.a.	-	-	n.a.
Prejuízo Líquido	(79,4)	(50,4)	57,5%	(115,6)	(144,3)	-19,9%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 340,4 milhões, um aumento de 5,2% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, refletindo principalmente a alta de 14,7% na tarifa. O EBITDA foi de R\$ 87,4 milhões, decréscimo de 27,2% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 79,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 50,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020. O que representou um aumento de 57,5% no prejuízo líquido.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.605,0 milhões, aumento de 14,1% em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020, em decorrência basicamente do aumento no volume de transporte combinado com acordos comerciais de Take or Pay em 2021. O EBITDA foi de R\$ 575,1 milhões, aumento de 3,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 115,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um prejuízo de R\$ 144,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	986.342	286.467
Títulos e valores mobiliários	5.3	751.559	52.871
Contas a receber de clientes	5.4	118.300	87.795
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	382	1.469
Estoques	5.10	137.099	152.908
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19.793	2.620
Outros tributos a recuperar	5.9	57.342	48.570
Adiantamento a fornecedores		2.469	627
Outros ativos		21.815	27.011
Ativo circulante		2.095.101	660.338
Contas a receber de clientes	5.4	20.224	5.054
Caixa restrito	5.3	1.379	25.725
Outros tributos a recuperar	5.9	186.635	187.918
Depósitos judiciais	5.13	99.926	96.600
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	84.589	9.093
Adiantamento a fornecedores		15.313	14.767
Outros ativos		16.693	17.951
Direito de uso	5.11.2	455.547	430.548
Imobilizado	5.11.1	3.225.922	2.988.198
Intangíveis		18.108	24.893
Ativo não circulante		4.124.336	3.800.747
Total do ativo		6.219.437	4.461.085

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	212.309	566.582
Passivos de arrendamento	5.6	152.453	131.257
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	67.644	-
Fornecedores	5.7	229.028	208.573
Ordenados e salários a pagar		67.100	38.956
Imposto de renda e contribuição social correntes		335	396
Outros tributos a pagar		14.699	12.807
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	53.441	52.171
Outros passivos financeiros	5.1	136.822	120.994
Outras contas a pagar		27.221	17.034
Passivo circulante		<u>961.052</u>	<u>1.148.770</u>
Empréstimos e financiamentos	5.5	1.873.178	689.143
Passivos de arrendamento	5.6	471.415	470.631
Provisão para demandas judiciais	5.13	294.027	216.919
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	32.273	32.467
Receitas diferidas		670	862
Outras contas a pagar		2.727	3.244
Passivo não circulante		<u>2.674.290</u>	<u>1.413.266</u>
Total do passivo		<u>3.635.342</u>	<u>2.562.036</u>
Patrimônio líquido			
	5.15		
Capital social		2.695.633	2.695.633
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.153.000	3.353.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-1.268	-1.981
Prejuízos acumulados		-4.263.270	-4.147.603
Total do patrimônio líquido		<u>2.584.095</u>	<u>1.899.049</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.219.437</u>	<u>4.461.085</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	6.1	1.605.045	1.406.141
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.434.240	-1.238.391
Lucro bruto		170.805	167.750
Despesas comerciais	6.2	-5.654	-3.809
Despesas gerais e administrativas	6.2	-94.690	-81.072
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-14.836	-1.157
Despesas operacionais		-115.180	-86.038
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		55.625	81.712
Despesas financeiras		-249.773	-241.932
Receitas financeiras		71.472	15.624
Variação cambial, líquida		-6.477	-8.992
Derivativos e valor justo		13.486	9.383
Resultado financeiro líquido	6.4	-171.292	-225.917
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-115.667	-144.205
Imposto de renda e contribuição social	5.12		
Corrente		-	-
Resultado do exercício		-115.667	-144.205
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0	0
Por ação preferencial		0	0

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.695.633	3.353.000	-1.981	-4.147.603	1.899.049
Resultado do exercício	-	-	-	-115.667	-115.667
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	713	-	713
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	713	-115.667	-114.954
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	800.000	-	-	800.000
Total das transações com e para acionistas	-	800.000	-	-	800.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.695.633	4.153.000	-1.268	-4.263.270	2.584.095

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.695.633	3.053.000	-2.339	-4.003.398	1.742.896
Resultado do exercício	-	-	-	-144.205	-144.205
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	358	-	358
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	358	-144.205	-143.847
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000	-	-	300.000
Total das transações com e para acionistas	-	300.000	-	-	300.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.695.633	3.353.000	-1.981	-4.147.603	1.899.049

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-115.667	-144.205
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		519.422	476.604
Provisão para participações nos resultados e bônus		49.666	7.230
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	-770	-434
Provisão de demandas judiciais	6.3	43.568	48.946
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-22.935	-52.328
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-699	-360
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		180.825	231.274
Outros		-17.374	-8.460
		636.036	558.267
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-19.467	6.258
Adiantamentos de clientes		1.340	2
Outros tributos, líquidos		39.522	45.722
Estoques		-14.733	445
Ordenados e salários a pagar		-21.625	-43.993
Fornecedores		36.425	-1.990
Adiantamentos a fornecedores		-2.546	-2.278
Provisão para demandas judiciais		-36.795	-107.916
Outros passivos financeiros		8.382	6.325
Outros ativos e passivos, líquidos		-11.636	-31.328
		-21.133	-128.753
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais		614.903	429.514
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		-683.238	155.092
Caixa restrito		24.346	9.927
Adições ao imobilizado e intangível		-680.884	-594.643
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		-1.339.776	-429.624
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.389.100	200.000
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-559.973	-256.967

Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	-64.344	-46.092
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6	-70.910	-35.074
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6	-70.008	-36.878
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-	-133
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		883	583
Adiantamento para futuro aumento de capital		800.000	300.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		1.424.748	125.439
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		699.875	125.329
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		286.467	161.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		986.342	286.467

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeir

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.736.035	1.507.587
Outras receitas operacionais, líquidas	9.426	3.988
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	699	360
	1.746.160	1.511.935
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-675.483	-414.767
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-79.456	-75.772
	-754.939	-490.539
Valor adicionado bruto	991.221	1.021.396
Retenções		
Depreciação e amortização	-519.422	-476.604
	-519.422	-476.604
Valor adicionado líquido produzido	471.799	544.792
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	71.472	15.624
	71.472	15.624
Valor adicionado total a distribuir	543.271	560.416
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	339.987	280.485
Remuneração direta	247.025	204.159
Benefícios	81.716	65.206
FGTS	11.246	11.120
Impostos, taxas e contribuições	33.879	141.247
Federais	83.861	118.152
Estaduais	-50.195	22.596
Municipais	213	499
Remuneração de capitais de terceiros	285.072	282.889
Juros	242.764	241.541

Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	42.308	41.348
Remuneração de capitais próprios	-115.667	-144.205
Resultado do exercício	-115.667	-144.205
	543.271	560.416

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba – Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em fevereiro de 2027, renováveis por mais 30 anos.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar subconcessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a controladora final da Companhia passou a ser a Cosan S.A., listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* — CSAN).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 115.667.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Notas 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito);
- **Nota 5.11.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.12 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.13 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.8 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	751.559	52.871	751.559	52.871
Instrumentos financeiros derivativos	84.971	10.562	84.971	10.562
Total	836.530	63.433	836.530	63.433
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	1.417.145	27.225	1.417.145	27.225
Instrumentos financeiros derivativos	67.644	-	67.644	-
Total	1.484.789	27.225	1.484.789	27.225

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referência europeia;
- Alteração no CPC 15 (IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27 (IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32 (IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	-	1.197
Fornecedores	-	(27.684)
Empréstimos e financiamentos	(1.417.144)	(26.649)
Derivativos de taxa de câmbio	1.417.144	26.649
Passivo de arrendamento	-	(416)
	<u>-</u>	<u>(26.903)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2021, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2021				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	30.738	392.709	754.679	(331.233)	(693.203)
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(30.738)	(392.709)	(754.679)	331.233	693.203
Impactos no resultado do exercício		-	-	-	-	-

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2022. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2021	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,5805	5,7000	7,1250	8,5500	4,2750	2,8500
Euro	6,3210	6,5550	8,1938	9,8325	4,9163	3,2775

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2021				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	111.765	139.706	167.648	83.824	55.883
Títulos e valores mobiliários	83.782	104.728	125.673	62.837	41.891
Caixa restrito	158	197	237	118	79
Empréstimos e financiamentos	(50.614)	(58.480)	(66.346)	(42.748)	(34.883)
Derivativos de taxa de juros	(175.508)	(214.702)	(253.897)	(136.314)	(97.120)
Passivo de arrendamento	(70.318)	(70.318)	(70.318)	(70.318)	(70.318)
Outros passivos financeiros	(17.078)	(20.892)	(24.706)	(13.264)	(9.451)
Impactos no resultado do exercício	(117.813)	(119.761)	(121.709)	(115.865)	(113.919)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	986.342	286.467
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	751.559	52.871
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	1.379	25.725
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	138.524	92.849
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	84.971	10.562
	1.962.775	468.474

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o valor registrado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>
AA	418.056
AAA	1.406.195
Total	<u>1.824.251</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(215.959)	(184.065)	(309.339)	(1.395.125)	(2.104.488)	(1.276.731)
Fornecedores	(229.028)	-	-	-	(229.028)	(208.573)
Outros passivos financeiros	(136.822)	-	-	-	(136.822)	(120.994)
Parcelamento de débitos tributários	-	-	-	-	-	(74)
Passivo de arrendamento	(162.223)	(161.555)	(484.665)	(35.817)	(844.260)	(858.658)
Instrumentos financeiros derivativos	(67.262)	(107.419)	(200.470)	392.478	17.327	10.561
	(811.294)	(453.039)	(994.474)	(1.038.464)	(3.297.271)	(2.454.469)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	12.303	5.183
Rumo Malha Oeste S.A.	1.286	1.596
Rumo Malha Paulista S.A.	20.032	18.087
Rumo Malha Central S.A.	2.142	1.867
Raízen S.A.	3.176	4.289
Raízen Energia S.A.	2.444	731
Rumo S.A.	9.298	12.180
Brado Logística S.A.	2.281	2.177
Outros	1.121	964
	54.083	47.074
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A.	1.846	-
	1.846	-
Ativo circulante	55.929	47.074
Adiantamento a fornecedores		
Raízen S.A.	15.313	14.767
	15.313	14.767
Ativo não circulante	15.313	14.767
Total	71.242	61.841

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.722	942
Rumo Malha Oeste S.A.	8.018	3.263
Rumo Malha Norte S.A.	18.488	6.242
Rumo S.A.	1.276	1.289
Rumo Malha Central S.A.	8.249	-
Brado Logística S.A	1.945	2.071
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.975	1.894
Raízen Energia S.A.	1.398	408
Raízen S.A.	58.102	44.919
Outros	1.368	533
	102.541	61.561
Total passivo	102.541	61.561

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	48.602	27.170
Raízen S.A.	70.462	65.417
Rumo S.A.	26.810	9.349
Rumo Malha Norte S.A.	50.832	50.472
Rumo Malha Oeste S.A.	24.572	20.542
Rumo Malha Paulista S.A.	22.669	25.533
Brado Logística S.A.	39.571	32.761
Outros	848	25
	284.366	231.269
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(1.097)	(1.106)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(21.855)	(19.370)
Raízen S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(446.769)	(344.337)
Rumo Malha Oeste S.A.	(35.352)	(24.027)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(iv)	(26.235)	(15.412)
Brado Logística S.A.	(1.639)	(2.173)
Outros	(134)	(9)
	(533.081)	(406.434)
Receita (despesas) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	(23.658)	(12.693)
Rumo Malha Oeste S.A.	1.625	970
Rumo Malha Paulista S.A.	6.408	5.419
Elevações Portuárias S.A.	1.597	1.897
Raízen Energia S.A.	-	(2.820)
Rumo S.A.	(11.392)	(5.775)
Outros	871	-
	(24.549)	(13.002)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE - Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (iv) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Cosan Lubrificantes, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas, incluindo os encargos, no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	55.178	33.832

4.2 Pandemia de COVID 19

4.2.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 como uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia para exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos indicadores de perda por *impairment*.

4.2.2 Captação NCE 2032

Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia captou a NCE 2032, no valor de USD 250.000, equivalente a R\$ 1.389.100, com taxa de juros 2,53% e vencimento para 14 de janeiro de 2032 para fins de internalização do Senior Notes 2032.

4.3 Eventos subsequentes

Para o exercício findo não houve eventos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	751.559	52.871
Instrumentos financeiros derivativos	84.971	10.562
	836.530	63.433
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	986.342	286.467
Contas a receber de clientes	138.524	92.849
Caixa restrito	1.379	25.725
	1.126.245	405.041
Total	1.962.775	468.474
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	668.342	1.228.500
Passivo de arrendamento	623.868	601.888
Fornecedores	229.028	208.573
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	136.822	120.994
Parcelamento de débitos tributários	-	74
	1.658.060	2.160.029
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	67.644	-
Empréstimos e financiamentos	1.417.145	27.225
	1.484.789	27.225
Total	3.142.849	2.187.254

- (i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	913	1.487
Aplicações financeiras	985.429	284.980
	986.342	286.467

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	985.429	284.980
	<u>985.429</u>	<u>284.980</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	747.398	48.345
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	-	4.243
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.161	283
	<u>751.559</u>	<u>52.871</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores depositados em garantia	1.379	25.725
	<u>1.379</u>	<u>25.725</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes terceiros	92.018	53.484
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	54.083	47.074
	146.101	100.558
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.577)	(7.709)
	138.524	92.849
Circulante	118.300	87.795
Não circulante	20.224	5.054
	138.524	92.849

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	81.761	20.200
Vencidas		
Até 30 dias	1.390	21.501
De 31 a 60 dias	176	2.892
De 61 a 90 dias	299	1.906
Mais de 90 dias	8.392	6.985
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.577)	(7.709)
	84.441	45.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	(7.991)
Provisões	(1.551)
Reversões e baixas	1.833
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(7.709)
Provisões	(1.487)
Reversões e baixas	1.619
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.577)

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2021	31/12/2020	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos Com garantia						
ECA	Euribor + 0,58% ⁽ⁱⁱ⁾	0,58%	25.092	27.225	set/2026	Investimento
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,69%	191.628	255.503	dez-24	Investimento
Finem (BNDES)	URTLP	7,49%	476.714	764.533	dez/2025	Investimento
NCE	CDI + 3,05% Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,01%	-	208.464	mar/2021	Capital de giro
		2,53%	1.392.053	-	jan-32	Investimento
			2.085.487	1.255.725		
Circulante			212.309	566.582		
Não circulante			1.873.178	689.143		
			2.085.487	1.255.725		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.
- (ii) Dívida com *swap* para 108,33% do CDI que representa uma taxa média de 6,51% no ano de 2021.
- (iii) Dívida com *swap* para 114% do CDI que representou uma taxa média de 5,10% no ano de 2021.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	180.415	207.670
25 a 36 meses	180.415	179.896
37 a 48 meses	116.991	179.896
49 a 60 meses	5.358	116.472
61 a 72 meses	-	5.209
73 a 84 meses	1.389.999	-
	1.873.178	689.143

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2021	31/12/2020
Reais (R\$)	668.342	1.228.500
Euro (EUR) ⁽ⁱ⁾	25.092	27.225
Dólar (EUR) ⁽ⁱ⁾	1.392.053	-
Total	2.085.487	1.255.725

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.260.636
Captações	200.000
Amortização de principal	(256.967)
Pagamento de juros	(46.092)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	98.148
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.255.725
Captações	1.389.100
Amortização de principal	(559.973)
Pagamento de juros	(64.344)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	64.979
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.085.487

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,81% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 491.025 (R\$ 782.910 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,45% (2,78% em 31 de dezembro de 2020) e TJLP de 4,80% (4,87% em 31 de dezembro de 2020).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 41.355 (R\$ 44.303 em 31 de dezembro de 2020).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,0x em dezembro de 2021	2,79
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2021	4,91

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacional - concessões	Operacional - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	465	532.496	1.384	534.345
Reconhecimento inicial	-	-	1	1
Apropriação de juros e variação cambial	33	65.470	294	65.797
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(438)	(33.315)	(1.321)	(35.074)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(60)	(36.741)	(77)	(36.878)
Reajuste contratual	-	117.567	862	118.429
Transferência entre passivos	-	(44.732)	-	(44.732)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	600.745	1.143	601.888
Apropriação de juros e variação cambial	-	70.438	138	70.576
Amortização de principal de arrendamento mercantil	-	(69.575)	(1.335)	(70.910)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(69.927)	(81)	(70.008)
Reajuste contratual	-	91.473	849	92.322
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	623.154	714	623.868
Circulante	-	152.453	-	152.453
Não circulante	-	470.701	714	471.415
	-	623.154	714	623.868

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	9.623	5.270
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	26	56
	<u>9.649</u>	<u>5.326</u>

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contas	2021		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	478.457	535.989	12,02%
Direito de uso residual	285.429	290.960	1,94%
Despesa financeira	(62.044)	(68.246)	10,00%
Despesa de depreciação	(54.257)	(55.210)	1,76%

Contas	2020		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	541.406	541.701	0,05%
Direito de uso residual	339.409	313.409	-7,73%
Despesa financeira	(63.367)	(68.601)	8,26%
Despesa de depreciação	(45.882)	(49.408)	7,68%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas. O saldo não inclui potenciais créditos de impostos, pelo fato de seus contratos não gerarem créditos de impostos indiretos no momento do pagamento dos arrendamentos.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	169.297	129.820
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	59.708	78.627
Outros	23	126
Total	229.028	208.573
Fornecedores	126.487	147.012
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	102.541	61.561
	229.028	208.573

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<i>Nocional</i>		<i>Valor justo</i>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	1.415.553	26.453	17.327	11.075
	1.415.553	26.453	17.327	11.075
Ativos			84.971	11.075
Passivos			67.644	-

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge de valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

<i>Hedge de câmbio</i>		<i>Nocional</i>	<i>Valor contábil</i>		<i>Ajuste de valor justo</i>	
			<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos designados						
NCE 2032	USD + 2,53%	(1.389.100)	(1.392.053)	-	5.127	-
Total		(1.389.100)	(1.392.053)	-	5.127	-
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 105,95% CDI	1.389.100	9.158	-	9.158	-
Total		1.389.100	9.158	-	9.158	-
Total líquido		-	(1.382.895)	-	14.285	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de câmbio	Nacional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos designados					
ECA	EUR + 0,58%	(26.453)	(25.092)	(338)	(9.631)
Total		(26.453)	(25.092)	(338)	(9.631)
Instrumentos derivativos					
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	26.453	8.169	(1.383)	9.548
Total		26.453	8.169	(1.383)	9.548
Total líquido		-	(16.923)	(1.721)	(83)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	100.332	78.308
PIS	30.396	21.827
ICMS (i)	86.357	88.131
ICMS CIAP (ii)	23.708	45.077
Outros	3.184	3.145
	243.977	236.488
Circulante	57.342	48.570
Não circulante	186.635	187.918
	243.977	236.488

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2021	31/12/2020
Peças e acessórios	113.046	144.163
Combustíveis e lubrificantes	20.008	3.279
Almoxarifado e outros	4.045	5.466
	137.099	152.908

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 690 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa os contratos de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	205.097	349.761	2.919.917	2.632.658	378.129	107.969	6.593.531
Adições	115	699	5.226	2.260	627.816	50	636.166
Baixas	-	-	(8.316)	-	(89)	-	(8.405)
Transferências	2.695	40.661	179.766	243.952	(475.852)	2.286	(6.492)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	207.907	391.121	3.096.593	2.878.870	530.004	110.305	7.214.800
Adições	-	118	1.826	5.801	684.054	57	691.856
Baixas	-	(4.880)	(14.000)	-	-	(47.499)	(66.379)
Transferências	7.095	51.205	162.806	408.548	(635.339)	572	(5.113)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	215.002	437.564	3.247.225	3.293.219	578.719	63.435	7.835.164
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(144.343)	(183.220)	(1.895.022)	(1.490.761)	-	(98.665)	(3.812.011)
Adições	(3.806)	(22.261)	(205.175)	(188.422)	-	(3.022)	(422.686)
Baixas	-	-	8.094	-	-	-	8.094
Transferências	-	-	1	-	-	-	1
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(148.149)	(205.481)	(2.092.102)	(1.679.183)	-	(101.687)	(4.226.602)
Adições	(3.998)	(25.959)	(197.744)	(218.303)	-	(2.963)	(448.967)
Baixas	-	4.880	13.947	-	-	47.499	66.326
Transferências	-	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(152.147)	(226.560)	(2.275.898)	(1.897.486)	-	(57.151)	(4.609.242)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	59.758	185.640	1.004.491	1.199.687	530.004	8.618	2.988.198
Saldo em 31 de dezembro de 2021	62.855	211.004	971.327	1.395.733	578.719	6.284	3.225.922

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$ 553.239, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 15, em 31 de dezembro de 202 não houve capitalização de custos de empréstimos, utilizando uma taxa de média de 11,81% (8,40% em 31 de dezembro de 2020) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.11.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	15	1.079	1.437	407.362	409.893
Transferências	-	2	-	-	2
Reajuste contratual	-	-	864	117.565	118.429
Saldo em 01 de janeiro de 2021	15	1.081	2.301	524.927	528.324
Transferências	-	-	-	10.830	10.830
Reajuste contratual	-	-	893	91.473	92.366
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	1.081	3.194	627.230	631.520
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(5)	(392)	(816)	(45.124)	(46.337)
Adições	(6)	(393)	(755)	(50.285)	(51.439)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(11)	(785)	(1.571)	(95.409)	(97.776)
Adições	(4)	(295)	(906)	(68.017)	(69.222)
Transferências	-	-	-	(8.975)	(8.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(15)	(1.080)	(2.477)	(172.401)	(175.973)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	4	296	730	429.518	430.548
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1	717	454.829	455.547

5.12 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

i. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

ii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(115.667)	(144.205)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	39.327	49.030
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(334)	(331)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(51.635)	(48.699)
Outros	12.642	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-
Taxa efetiva - %	0,00%	0,00%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	504.335	489.630
Base negativa de contribuição social	181.391	176.098
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	125.538	99.079
Provisão para perda ao valor recuperável	94.288	100.933
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	7.122	7.167
Provisão para não realização de impostos	11.414	12.437
Provisão para participação nos resultados	12.770	2.305
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	229.819	277.609
Diferenças temporárias sobre outras provisões	34.427	33.188
Passivo de arrendamento	171.154	117.780
Outros	5.392	5.079
Tributos diferidos - Ativos	1.377.650	1.321.305
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(1.370.146)	(1.317.897)
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	(5.905)	(3.408)
Ajuste Valor Justo sobre Dívidas	(1.595)	-
Outros	(4)	-
Tributos diferidos - Passivos	(7.504)	(3.408)
Total de tributos diferidos	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Passivos de arrendamentos	Outros	Créditos não registrados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Cobrado) / creditado do resultado do exercício	615.341	16.699	266.656	266.920	98.609	5.504	(1.269.729)	-
	50.387	(14.394)	(13.852)	10.689	19.171	(401)	(51.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Cobrado) / creditado do resultado do exercício	665.728	2.305	252.804	277.609	117.780	5.103	(1.321.329)	-
	19.998	10.465	19.985	(47.790)	53.374	289	(56.321)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	685.726	12.770	272.789	229.819	171.154	5.392	(1.377.650)	-

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Créditos não registrados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Cobrado) / creditado do resultado do exercício	(338)	-	-	338	-
	(3.094)	-	-	3.094	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Cobrado) / creditado do resultado do exercício	(3.432)	-	-	3.432	-
	(2.473)	(1.595)	(4)	4.072	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.905)	(1.595)	(4)	7.504	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	52.949	50.207
Cíveis, regulatórias e ambientais	126.662	66.941
Trabalhistas	114.416	99.771
	294.027	216.919

	Depósitos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	19.228	18.239
Cíveis, regulatórias e ambientais	10.132	10.316
Trabalhistas	70.566	68.045
	99.926	96.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	51.128	64.272	119.016	234.416
Provisionados no exercício	44	4.217	19.257	23.518
Baixas por reversão ou pagamento	(1.096)	(12.655)	(47.648)	(61.399)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	131	11.107	9.146	20.384
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.207	66.941	99.771	216.919
Provisionados no exercício	1.235	10.324	31.843	43.402
Baixas por reversão ou pagamento	(43)	(7.887)	(33.249)	(41.179)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.550	57.284	16.051	74.885
Saldo em 31 de dezembro de 2021	52.949	126.662	114.416	294.027

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	35.096	33.057
INSS	17.736	17.150
Outros	117	-
	52.949	50.207

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** Os principais processos para os quais o risco de perda é provável estão relacionados a ações civis públicas, ações indenizatórias em geral e obrigações contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	514.964	480.682
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.495.682	1.249.721
Trabalhistas	198.402	243.906
	2.209.048	1.974.309

• **Tributárias:**

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS ⁽ⁱ⁾	191.842	187.985
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	55.298	51.046
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.450	29.136
MP 470 parcelamento de débitos ^(iv)	155.069	116.276
Compensação com crédito prêmio ^(v)	46.661	45.609
PIS/COFINS ^(vi)	9.146	8.863
Outros	48.498	41.767
	514.964	480.682

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda por suposta falta de recolhimento de ICMS nas prestações de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: Infração a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; Infração b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; Infração c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; Infração d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; Infração e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; Infração f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e Infração g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.
- (iv) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (v) A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis ⁽ⁱ⁾	516.683	471.920
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	654.550	513.622
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	324.449	264.179
	1.495.682	1.249.721

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	198.402	243.906
	<u>198.402</u>	<u>243.906</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.14 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a pagar:		
Concessão	85.714	84.638
Total	85.714	84.638
Circulante	53.441	52.171
Não circulante	32.273	32.467
	85.714	84.638

5.15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.695.333 constituído por 113.551.278 ações, sendo 45.035.110 ações ordinárias nominativas, 68.516.168 ações preferenciais nominativas. As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Rumo S.A.	45.035.110	100%	68.516.168	100%
Total de ações	45.035.110	100%	68.516.168	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reservas de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

Para o exercício findo não houve constituição de reserva de capital.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

Para o exercício findo não houve constituição de reserva de legal.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$ 4.153.000 (R\$ 3.353.000 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre a demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta na venda de serviços	1.736.035	1.507.587
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(130.990)	(101.446)
Receita operacional líquida	<u>1.605.045</u>	<u>1.406.141</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2021	31/12/2020
Transporte de carga e acessórios	1.558.887	1.375.458
Outros	46.158	30.683
Receita operacional líquida	1.605.045	1.406.141

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Material de uso e consumo	(733)	(561)
Despesa com pessoal	(386.905)	(328.336)
Depreciação e amortização	(519.422)	(476.604)
Despesas com serviços de terceiros	(106.584)	(111.158)
Despesas com transporte e elevação	(445.138)	(332.381)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	(9.649)	(5.326)
Outras despesas	(66.153)	(68.906)
	(1.534.584)	(1.323.272)
Custo dos serviços prestados	(1.434.240)	(1.238.391)
Despesas comerciais	(5.654)	(3.809)
Despesas gerais e administrativas	(94.690)	(81.072)
	(1.534.584)	(1.323.272)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Efeito líquido das demandas judiciais	(43.568)	(48.946)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	28.950	18.568
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	770	434
Créditos fiscais extemporâneos	22.935	52.328
Outros	(23.923)	(23.541)
	(14.836)	(1.157)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(57.084)	(82.754)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(3.828)	(7.730)
Resultado com derivativos e valor justo	13.486	9.383
Gastos de captação	(6.886)	(6.306)
Fianças e garantias sobre dívidas	(6.854)	(8.796)
	(61.166)	(96.203)
Rendimentos de aplicações financeiras	26.985	8.885
	26.985	8.885
Custo da dívida, líquida	(34.181)	(87.318)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	44.487	6.259
Arrendamento e concessão em litígio	(9.800)	(6.696)
Passivos de arrendamento	(72.322)	(65.652)
Despesas bancárias e outros	(7.388)	(6.747)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(83.617)	(62.954)
Variação cambial e derivativos	(2.649)	(1.261)
Outros encargos e juros	(5.822)	(1.548)
	(137.111)	(138.599)
Resultado financeiro, líquido	(171.292)	(225.917)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(249.773)	(241.932)
Receitas financeiras	71.472	15.624
Variação cambial	(6.477)	(8.992)
Derivativos	13.486	9.383
Resultado financeiro, líquido	(171.292)	(225.917)

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(115.667)	(144.205)
Por ação ordinária	(45.874)	(57.193)
Por ação preferencial	(69.793)	(87.012)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	470.719.596.363	362.641.537.742
Média ponderada de número de ações preferencial	716.150.197.855	551.720.835.526
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,00000)	(0,00000)
Por ação preferencial	(0,00000)	(0,00000)